

Governo rejeita a idéia de plebiscito imediato

BRASÍLIA — Em caso de aprovação do parlamentarismo pela Constituinte, o Governo tentará a convocação de um plebiscito para que o povo decida sobre o sistema de governo mais adequado ao País. Essa estratégia, entretanto, somente será desenvolvida depois de esgotadas as chances de adoção do presidencialismo, regime preferido pelo Presidente José Sarney.

Por enquanto, as atenções do Palácio do Planalto estão voltadas para o trabalho de alicenciamento de votos na Comissão de Sistematização, de forma a garantir a manutenção do presidencialismo.

A proposta de convocação para os próximos dias de um plebiscito sobre o sistema de governo, feita por alguns Governadores, não foi assimilada pelo Palácio. Segundo um assessor da Presidência da República, o Governador de São Paulo, Orestes Quéricia, tentou inutilmente convencer o Presidente Sarney das vantagens do plebiscito imediato, durante a viagem a Piquete, quarta-feira.

O Governo, segundo esse mesmo assessor, teme que no rastro de uma consulta popular sobre presidencialismo ou parlamentarismo ressurgja a campanha por eleições presidenciais em 1988, nos moldes do movimento que mobilizou a Nação em 1984. Por isso, para o Palácio do Planalto o plebiscito pretendido pelos Governadores seria "uma faca de dois gumes". Não obstante, a idéia permanece como uma reserva para a eventualidade de ser acolhido o sistema



Leito de Abreu: Plebiscito depende da Constituinte

de gabinete na nova Carta.

Do ponto de vista político, é possível que o Governo e seus aliados enfrentem dificuldades para a aprovação do plebiscito na Assembleia. Se a maioria dos constituintes optar pelo parlamentarismo, é pouco provável que aprove uma consulta popular sobre o que já decidiu. O Governo, no entanto, tem a seu favor o argumento — utilizado desde já no trabalho de convencimento dos constituintes da inviabilidade do parlamentarismo — de que apenas um grupo de congressistas defende

esse sistema de governo, contra a rejeição da maioria da Nação, do Poder Central e dos militares.

Tecnicamente, o plebiscito somente será convocado por decisão da própria Constituinte. Uma iniciativa do Presidente Sarney teria de ser formalizada depois de uma emenda à atual Constituição, o que requer o quorum de dois terços dos votos do Congresso. Em tramitação na Constituinte, contudo, existe uma emenda do Deputado Ewaldo Gonçalves (PFL-PB) propondo a convocação do plebiscito em novembro do próximo ano para decidir sobre o sistema de governo e a adoção do voto distrital misto ou puro.

— No caso presente — diz o jurista Leito de Abreu, Chefe do Gabinete Civil nos Governos Médici e Figueiredo — creio que só a própria Constituinte poderá dizer se submete ou não a um plebiscito dispositivos que tenha aprovado. O Presidente convocou a Constituinte e nesse momento delegou-lhe plenos poderes para redigir a nova Carta. Somente ela, portanto, pode regular a matéria.

Leito de Abreu ressalva, apenas, os aspectos políticos da questão. A seu ver, se o Presidente Sarney tomar a iniciativa de defender o plebiscito, "existem caminhos políticos para isso". O ex-Ministro chama a atenção, entretanto, para a exigência de dois terços dos votos do Congresso.

Nos últimos dias, o Presidente José Sarney tem recebido informações

do Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e do Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, dando conta de que houve uma reversão na Comissão de Sistematização, até então favorável ao parlamentarismo. Apesar do quadro otimista transmitido por seus auxiliares, Sarney continua preocupado. Um de seus auxiliares revelou que, apesar do otimismo pela reversão das expectativas, o Presidente "está tenso".

Em audiência concedida ontem ao Deputado Jorge Leite (PMDB-RJ), Sarney garantiu que a fórmula estudada pelo Governo dará mais poderes ao Congresso do que a Constituição de 1946.

— Vamos fazer muito mais. Vamos ampliar os poderes do Congresso — disse o Presidente ao ouvir os elogios do parlamentar "à liberalidade da Carta de 46".

Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, que procurou Sarney para revelar a intenção de apresentar emenda propondo o sistema parlamentarista clássico com início apenas no próximo Governo, ouviu uma resposta lacônica. Segundo ele, o Presidente limitou-se a dizer que esse era um "direito lógico dos defensores do parlamentarismo".

Com a proposta de parlamentarismo após o atual Governo, Chiarelli ganhou, na verdade, um motivo para se desobrigar de votar favoravelmente ao sistema misto na Comissão de Sistematização. Agora poderá negar seu voto à concentração de poderes nas mãos do Presidente Sarney.

Líder afirma que liquidou a proposta

BRASÍLIA — "O senhores trabalharam na Convenção do partido para a Constituinte decidir sobre o mandato e o sistema de governo. Agora, um mês depois, já estão com outra proposta". Foi com esse argumento, apresentado a vários Governadores ontem, que o Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, conseguiu sepultar de vez, segundo disse, a proposta de plebiscito para definir o sistema de governo do País, depois da Constituinte.

— O único que ainda está fechado é o Moreira Franco — afirmou ele, à noite.

Luiz Henrique falou com os Governadores Orestes Quéricia, Pedro Simon, Alvaro Dias e Pedro Ivo, que se reúnem hoje em Florianópolis, e também com Waldir Pires. Segundo informou, todos agora estão contra o plebiscito.

— O Pedro Ivo — disse — ainda sugeriu que o plebiscito fosse no curso das decisões da Constituinte, antes da votação final. Mas, depois, concordou que já não há mais tempo.

Ontem à noite, o Líder informou ao Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, o resultado de suas conversas. Com esse resultado, Luiz Henrique desistiu de telefonar a outros Governadores do partido.

Emenda cria a TV Congresso e é logo repelida

BRASÍLIA — O Deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Primeiro-Secretário da Mesa da Constituinte, apresentou ontem emenda ao substitutivo do Relator Bernardo Cabral, criando a TV Congresso Nacional.

Na reunião de quarta-feira, da Mesa com as Lideranças e o Relator, este se pronunciou favoravelmente, desde que as Lideranças endossassem a proposta.

A idéia da criação da TV Congresso surgiu, segundo Marcelo Cordeiro, dos resultados "altamente positivos do Diário da Constituinte", programa veiculado diariamente por todas as emissoras de televisão.

Por sua vez, o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, considerou a proposta de criação da TV Congresso Nacional "uma irresponsabilidade".

— Isto é uma provocação ao povo brasileiro. O Congresso Nacional deveria dar o exemplo de austeridade e não brincar com o povo, com uma proposta como esta — disse o Deputado. Ele lembrou que a Constituinte e o Congresso já transmitem noticiário de seus trabalhos em horários reservados diariamente nas emissoras de rádio e de TV.

Pesquisa interna no PMDB aponta o parlamentarismo

BRASÍLIA — Os primeiros resultados de uma pesquisa no PMDB sobre sistema de Governo mostram uma tendência majoritária no partido pelo parlamentarismo: de 110 consultados numa bancada de 259, 71 manifestaram-se favoráveis à mudança do sistema de Governo, contra 35 que querem o presidencialismo e quatro que optaram pela alternativa "outros".

O Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, que está aplicando a pesquisa a pedido do Presidente José Sarney, disse que, desde as primeiras respostas aos questionários que enviou às bancadas, a tendência de dois para um em favor do parlamentarismo tem se mantido.

Já o Líder do PFL, Deputado José Lourenço, disse que o Presidente José Sarney tem conversado com diversos parlamentares e identifica uma tendência pelo presidencialis-

mo. De acordo com Lourenço, a vantagem do presidencialismo pode aumentar ainda mais, graças ao trabalho dos líderes do "Centro Democrático" do PMDB e da Liderança do PFL na Câmara. Acrescentou que o Presidente Sarney é defensor do sistema presidencialista, mas aceita negociar o voto de censura aos ministros, com exceção dos militares e do Chanceler.

No Congresso, parlamentares identificam uma forte pressão do Palácio sobre os constituintes para que prevaleça o presidencialismo, mas o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, advertiu que isso pode provocar a retomada da discussão do mandato de Sarney, assunto que o Planalto considera encerrado. É alertou:

— Se endurecerem muito pelo presidencialismo, a tendência dos quatro anos começa a crescer.